

Movimento estudantil e comunitário podem se cruzar? Análise sobre o campo de atuação extensionista

Texto escrito em 27 de julho de 2020, por Re. (PR), Th. (RS) e Rw. (RS), militantes das RPs Estudantil e Comunitária, da FAG e CALC, atuantes em projetos de extensão popular.

Introdução

No Brasil, desde 2016 se intensificaram os ataques à ciência e o avanço da mercantilização e privatização do ensino. Cortes de orçamento com a "PEC da Morte", "Future-se" e a tentativa de imposição do EAD são algumas das tentativas de entregar a educação e as universidades aos interesses privados e afastá-las da produção voltada às classes oprimidas. Vale lembrar que as universidades brasileiras vêm sendo ocupadas cada vez mais por negros e indígenas, discutir educação e pesquisa na América Latina não é como discutir o mesmo na Europa ou Estados Unidos. Aqui, para além da nossa atuação ou não, o acesso e permanência é uma disputa na pauta dos movimentos sociais.

Mesmo diante sucessivos ataques, com a eclosão da pandemia, as universidades vêm demonstrando sua relevância. São muitas iniciativas, como os hospitais universitários públicos que atendem a população, a produção e distribuição de álcool gel e máscaras para comunidades em vulnerabilidade social, respiradores para o SUS, mapeamentos de iniciativas de solidariedade nas favelas até as pesquisas que podem nos levar a descoberta da vacina para Covid-19.

Podemos destacar algumas destas iniciativas dentro da extensão universitária, o pilar quase que invisível do tripé: pesquisa, ensino e extensão. E escrevemos invisível por que de fato não é o mais atacado, em alguns cursos é difícil inclusive identificar os projetos de extensão. Porém, é dentro deste escopo que podemos discutir mais a fundo os caminhos para a Universidade Popular. Para aprofundar esse debate, vamos inserir mais adiante os seguintes tópicos:

- **Universidade Popular;**
- **Extensão Universitária e Extensão Popular;**
- **Quando o movimento estudantil e movimento comunitário se cruzam;**
- **Curricularização da extensão;**
- **Caminhos possíveis.**

Este texto visa introduzir o debate sobre extensão universitária, mais especificamente a extensão popular, dentro das agrupações de estudantis e comunitárias da RP e também do MOB. Somos militantes inseridos na luta extensionista há alguns anos e sentimos que ainda há uma dificuldade em discutir e formular uma tática para disputar esse campo em nossas organizações. Apresentaremos nossa concepção de extensão, fazer uma contextualização dos principais desafios e contradições atuais, e apontar alguns caminhos para nossa linha de luta por uma Universidade Popular.

Universidade Popular

As primeiras propostas de Universidade Popular, que proliferaram na América Latina e na Europa no início do século XX, tinham influência de uma concepção anarquista e de uma pedagogia libertária, associada a proposta de autogestão operária como meio de criar formas de organização dos trabalhadores para a gestão da produção e da vida social.

“Em março de 1904 saiu no Rio de Janeiro a primeira edição da revista Kultur trazendo uma matéria sobre a Universidade Popular d’Ensino Livre, com o objetivo principal de criar uma consciência popular. O artigo publicado destacava que a Universidade Popular deveria organizar um curso de nível superior, criar uma biblioteca e um museu social, promover conferências públicas e constituir-se num centro popular, para empreender a instrução superior e a educação social do proletariado em face de seu protagonismo no processo revolucionário.”
(estadodedireito.com.br/universidade-e-movimentos-sociais)

O autor Boaventura de Sousa Santos é um dos que atualiza a concepção de Universidade Popular. Para ele há um duplo objetivo nessa proposta: **1. superar a distinção entre teoria e prática 2. superar a distinção entre ensinar e aprender**, a partir de ações transformadoras, impulsionadas por estratégias de **movimentos coletivos e orientados por direções emancipatórias de mudança social**. Ler o artigo (estadodedireito.com.br/universidade-e-movimentos-sociais).

O Programa Geral da Resistência Popular Gaúcha, elaborado no final dos anos 90, nos traz alguns elementos em defesa de uma “Universidade Popular Pública, Gratuita, de Qualidade e como Instrumento da Classe Oprimida”. O programa defende que na Universidade Popular será produzido conhecimento que vai instrumentalizar o povo para viver em uma nova sociedade, que será construída através da revolução. “É pra ontem a urgência da luta do movimento estudantil unindo com os demais movimentos populares lutarem por uma universidade para o povo”.

O programa tem como objetivos finais para a Universidade Popular a **Eradicação da miséria** e a **Soberania Popular**. Vale a pena dar uma olhada no documento como um todo, que propõe uma verdadeira transformação da universidade voltada para os movimentos sociais, transformando o atual tripé ensino/pesquisa/extensão em: **a) trabalho universitário de Educação; b) Trabalho universitário de pesquisa e experimentação científica; c) Trabalho universitário com setores da classe oprimida**. E inclui a criação de um quarto pilar **“d) Trabalho de Gestão Popular”**, que seria criar um modelo de gestão federalista da universidade.

Faremos alguns destaques no ponto **c) Trabalho universitário com setores da classe oprimida**, já que o enfoque desse texto é a extensão popular:

“Esse trabalho visa colocar estudantes, técnicos e professores junto com os setores da classe oprimida, para unidos trabalharem na busca de soluções e soberania popular. Essa junção acabará de vez com o atual distanciamento entre a universidade e a classe oprimida.”

“Os setores da burguesia automaticamente não irão mais ter interesse na universidade, pois ela não será mais voltada para o mercado, e sim, para a luta.”

“Todos estudantes deverão, obrigatoriamente, ter no mínimo, um ano de trabalho com os setores da classe oprimida, o que fará parte do currículo de todos os cursos e habilitações.”

Extensão Universitária e Extensão Popular

Os debates a respeito da extensão universitária se iniciam em 1918, com a Reforma de Córdoba, na Argentina. Por mais de uma década (1918-1930), esse movimento se espalhou pela América Latina com grandes debates e movimentações de estudantes impulsionando, inclusive, a proposta de construção de universidades populares ligadas aos movimentos sociais, operários e populares e um amplo debate sobre a necessidade da extensão como momento fundamental da vida universitária. (JAUMONT; VARELLA, 2016, p. 427).

No Brasil, nos anos 60, o movimento estudantil reivindicava uma reforma universitária que numa aliança estudante/operário/camponês, constituísse nos currículos dos cursos a Universidade Popular. Ficaram famosos projetos como os Centros Populares de Cultura (CPC da UNE) e as Caravanas de Alfabetização Popular. Com a Ditadura Militar, ocorreu uma “reforma consentida”

(1968) interferiu em currículos numa direção conservadora, fragmentou os estudantes com a implementação do sistema de créditos e cassou professores ligados aos movimentos populares. Com a luta pela redemocratização, a extensão universitária foi institucionalizada no artigo 207 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), reconhecendo este pilar como indissociável ao do ensino e da pesquisa.

De acordo com a Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012), a extensão é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade. A Política defende o diálogo e troca de saberes entre a comunidade acadêmica e as organizações sociais visando um processo de “(re)construção da Nação, uma comunidade de destino, ou de (re) construção da polis, a comunidade política”:

“[...] superando-se, assim, o discurso da hegemonia acadêmica e substituindo-o pela ideia de aliança com movimentos, setores e organizações sociais. Não se trata mais de ‘estender à sociedade o conhecimento acumulado pela universidade’, mas de produzir, em interação com a sociedade, um conhecimento novo. Um conhecimento que contribua para a superação da desigualdade e da exclusão.”
(FORPROEX, 2012)

Apesar de ser uma política reconhecida e legitimada institucionalmente, a extensão universitária acaba sendo negligenciada pelo sistema de ensino. De um modo geral, em relação a investimentos, método de pontuação, duração de bolsas, a estrutura universitária tende a privilegiar a pesquisa e a inovação tecnológica. Há muito mais incentivo a comunidade acadêmica a optar por uma via de atuação ligada ao setor privado, em vez de buscar o apoio e o diálogo com as comunidades, movimentos sociais e grupos vulneráveis. E mesmo quando analisamos os projetos de extensão existentes, vemos que muitos acabam atuando de forma assistencialista, hierárquica, empresas juniores, ou confundindo-se com a pesquisa tradicional. Na realidade, o campo da extensão é um espaço deixado de lado pela maior parte do movimento estudantil. Por conta disso, muitos projetos que poderiam ter um caráter combativo, autogestionário e anticapitalista acabam tendo um viés assistencialista, academicista e colonizador.

É por isso, que dentro do campo extensionista, se destaca um campo que vai de encontro as raízes do movimento extensionista, que busca uma atuação em conjunto com os movimentos sociais. Campo que aqui convencionamos de chamar de extensão popular, mas que podem aparecer com

outros termos como “extensão como comunicação” (Paulo Freire) ou “extensão como ação social transformadora” (Oscar Jara). Os projetos de extensão popular, entendem esse campo como tática de luta rumo a Universidade Popular e impulsionam projetos de extensão a partir de alguns princípios como horizontalidade, autonomia, interdisciplinaridade e autogestão. Em geral, são projetos geridos pelos próprios estudantes, com maior diálogo com o movimento estudantil. Diferentemente de projetos tradicionais, em que há uma forte tutela do professor coordenador.

Quando o movimento estudantil e movimento comunitário se cruzam

Analisando o movimento estudantil de nossas universidades, há um diagnóstico de falta de participação nos DAs/CAs e DCEs. Aparentemente existe uma resistência a militar em CAs/DAs que, em geral, tornaram-se espaços burocratizados, aparelhados, imobilizados pela disputa de forças, prestadores de serviços ou que tocam pautas distantes da realidade dos estudantes. Salientamos de antemão que as características citadas acima, dizem respeito ao diagnóstico do afastamento e desgaste relacionado ao movimento estudantil e não a falência do CA/DA como tática.

Porém, com todas essas características, entende-se que o processo para construção de um CA combativo passa pela articulação de curso, por meio de coletivos, semanas acadêmicas e/ou outras atividades táticas de mobilização. Nota-se que a militância estudantil, quando não tem uma estratégia bem definida acaba parecendo muito efêmera e dispensável – afinal, são 4 a 8 anos de curso – de forma a desinteressar os militantes. Avaliamos que este seja um dos motivos que faz muitos estudantes se afastarem da construção das próprias tendências estudantis, buscando uma atuação comunitária, seja a partir de projetos de extensão, comitês de solidariedade, cursinhos pré-vestibulares populares, ou mesmo a RP Comunitária ou MOB.

Quando lutamos por acesso e permanência uma análise posterior é esquecida: em que universidade estamos nos inserindo? Estamos lutando pelo ingresso de jovens numa universidade cada vez mais suscetível aos interesses capitalistas. Por isso, é necessário uma atuação simultânea, de ingresso e disputa. Neste contexto e sobre a concepção de Universidade Popular, entendemos que táticas de projetos de extensão sejam uma alternativa.

Analisando experiências combativas na linha das ciências exatas/naturais, nota-se que algumas alternativas propostas se aliam às práticas dos movimentos sociais, caminhando na direção do que

entendemos por extensão popular. **Alguns exemplos desses projetos extensionistas:**

- **EMAU (Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo):** são coletivos autônomos de estudantes, que buscam novas perspectivas (anti-hegemônicas) de aprender e socializar a produção espacial. Surgiram de diversas formas nas universidades federais e privadas, mas atualmente tem laços com a Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura, pela qual, em certa medida, passa a organização das reuniões nacionais e regionais dos EMAUs. Estes grupos se propõem a organização autônoma e horizontal, desenvolvem trabalhos com comunidades organizadas, organizando dinâmicas participativas, reuniões, mutirões em que buscam a melhoria das infraestruturas das comunidades. Institucionalizam-se por meio de estatuto e/ou projetos de extensão. Para este último, é necessário o “acompanhamento” de professores, ou técnicos administrativos. Ler: (<http://reporterpopular.com.br/extensao-as-lutas-e-universalizacao-dos-direitos/>)

- **AJUP/SAJU (Assessoria Jurídica Universitária Popular):** Trabalho desenvolvido por advogados populares, estudantes, educadores, militantes dos direitos humanos em geral, entre outros; de assistência, orientação jurídica e/ou educação popular com movimentos sociais; com o objetivo de viabilizar um diálogo sobre os principais problemas enfrentados pelo povo para a realização de direitos fundamentais para uma vida com dignidade; seja por meio dos mecanismos oficiais, institucionais, jurídicos, extrajurídicos, políticos e da conscientização. É uma prática jurídica insurgente desenvolvida principalmente no Brasil, nas décadas de 1960 até hoje, por advogados, estudantes e militantes de direitos humanos, voltada para a realização de ações para o acesso à justiça, num trabalho que mescla assistência jurídica e atividades de educação popular em direitos humanos, organização comunitária e participação popular, com grupos e movimentos populares. Ler: (<http://assessoriajuridicapopular.blogspot.com/2009/08/o-que-e-assessoria-juridica-popular.html>)

- **EIV (Estágio Interdisciplinar de Vivência):** Impulsionado pela Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), MST e Levante Popular Juventude. A proposta desse estágio é proporcionar aos estudantes universitários contato direto com assentados e agricultores familiares organizados, para vivenciar na prática seus problemas, suas formas de organização e os desafios por eles enfrentados. A proposta das atividades se diferenciam dos projetos formais de extensão universitário. Caracteriza-se pela interdisciplinaridade, contando com estudantes de

diversas áreas como Agronomia, Engenharia Florestal, Civil e Elétrica, Comunicação Social, Ciências Sociais, Enfermagem, Medicina, Pedagogia, Gestão Ambiental, Técnico em Eletrotécnica, Serviço Social, Teatro, Geografia, Veterinária, Educação do Campo, Administração Pública, Economia e Ciências Política. Ler: <https://mst.org.br/2019/02/21/assentamento-do-rs-recebem-estudantes-universitarios-para-o-eiv/>)

- **SOLTEC (Núcleo de Solidariedade Técnica/UFRJ)**: núcleo interdisciplinar de extensão, pesquisa e ensino, que desenvolve projetos em rede com abordagem territorial e participativa, nos campos da Tecnologia Social e da Economia Solidária, visando à construção de políticas públicas para a equidade social e o equilíbrio ambiental. Trabalho com emprestas recuperadas, cooperativas, etc. O SOLTEC nasceu a partir da mobilização de estudantes e professores da Escola Politécnica, tendo sido inicialmente aprovado pelo Departamento de Engenharia Industrial em 13 de março de 2003. É formado por alunos de graduação, pós-graduação, professores e técnicos administrativos da UFRJ e atualmente também é um programa do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (NIDES) do Centro de Tecnologia da UFRJ. Apesar da maioria de seus componentes serem engenheiros, possui membros das Ciências Sociais, Arquitetura, Letras, Comunicação entre outros. É vinculado a REPOS (Rede de Engenharia Popular e Solidária) que se baseia em princípios como a Educação Popular, Autogestão e a Justiça social/ambiental. Ler: <http://nides.ufrj.br/index.php/programas/soltec>

Além desses, existe uma diversidade de projetos de extensão de vários cursos que não possuem necessariamente uma articulação nacional. Na Agronomia (UVAIA/UFRGS, GAE/UFPEL) existem projetos que trabalham com agroecologia, biblioteca/viveiros de mudas, Ações experimentais em área do projeto. Trabalhos em assentamentos, locais em transição para produção orgânica/agrofloresta.

A museologia da UFPEL, por exemplo, tem articulado por meio do CA, eventos chamados META. A proposta é discutir o acesso popular aos museus. Apesar de o grupo não ter atingido o público que gostaria, as discussões e práticas caminham em um sentido de extensão popular. Outro exemplo mais conhecido, são os cursinhos populares pré-vestibular, que buscam oferecer ensino gratuito a jovens de baixa renda. A RPE, em Porto Alegre, impulsiona o COLEP (Coletivo Pela Educação Popular).

Importante destacar que mesmos vinculados oficialmente a um determinado curso, os projetos de extensão possuem um caráter interdisciplinar, aberto a todas as áreas de conhecimento.

Curricularização da extensão

Em 2018, o MEC aprovou a medida conhecida como curricularização da extensão que deve ser implantada até o final de 2021 pelas instituições de ensino brasileiras. A regulamentação (resolução nº 07 de 18 de dezembro de 2018) define a exigência de no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária. Por isso, entendemos que esse debate surgirá nas universidades e exigirá um posicionamento do movimento estudantil.

Pode-se dizer que a Resolução é uma conquista do “movimento extensionista”, que há anos vem lutando pela valorização da extensão universitária dentro do tripé ensino/pesquisa/extensão. Mais especificamente, uma articulação dos pró-reitores que se reúnem no FORPROEX (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das universidades Públicas), indo ao acordo do que reivindicamos como extensão popular, mesmo não denominando desta maneira. Por mais sincero e positivo que seja a articulação do FORPROEX, sabemos o quanto é limitado por se resumir a uma atuação institucional. Nosso esforço deve ser por organizar um movimento extensionista desde baixo, com os estudantes, comunidades e movimentos sociais, utilizando nossos princípios de democracia de base, ação direta, autonomia e solidariedade de classe.

No programa geral da Resistência Popular Gaúcha, do final dos anos 90, em que dentro da Plataforma de lutas imediatas para avançar até a Universidade Popular, temos como a primeira proposta:

“EXTENSÃO SOCIAL OBRIGATÓRIA (curricular) para todos os cursos e habilitações. O projeto de extensão deve estar sob controle das entidades de estudantes (CAs, DCE), professores funcionários (sindicatos) envolvidos no projeto, e dos moradores da comunidade onde está sendo desenvolvida a extensão. (Associação de moradores, Escola de Samba, etc), sem o dedo da Reitoria. O projeto deve ser multidisciplinar, para envolver o máximo possível de cursos.”

A linha defendida pela RPG na época mostra que é possível (e necessário) que o movimento estudantil e comunitário abrace a extensão, e que as ações sejam tocadas de maneira autônoma,

sem interferência da reitoria. Por isso é importante que projetos de extensão popular sejam impulsionados por organizações estudantis, sejam os coletivos autônomos de curso, DAs, CAs e DCEs.

Importante salientar que, caso não haja uma apropriação da comunidade acadêmica a respeito dos princípios da extensão popular, diante uma exigência institucional corre-se o risco de reproduzir ações burocráticas e/ou assistencialistas e/ou academicistas. É o que já vem acontecendo em algumas universidades onde a medida começou a ser implementada.

Por exemplo, no curso de arquitetura e urbanismo da UFPel as horas de extensão foram incorporadas com a reformulação do PPG que entrou em vigência no primeiro semestre de 2017 e é exercido de três formas:

1) Disciplina “Extensão, universidade e Sociedade”. Esta se propõe a “ensinar” o exercício da extensão, por meio de aulas teóricas e o desenvolvimento de uma ação de extensão. Em geral as propostas que tem surgido nos últimos semestres reduzem a extensão a criação de páginas em redes sociais (com tema escolhido pelo grupo de trabalho);

2) Horas de extensão em algumas disciplinas obrigatórias do curso. As atividades não são extensionistas, no máximo, assistencialistas. É exemplo disso: desenvolvimento de jogos de geometria e aplicação em asilos de idosos; levantamento de dados em comunidades para propósito de pesquisa;

3) Disciplina “requisitos curriculares de extensão”. Consiste em o estudante se juntar a atividades de extensão já em curso, em geral proposta por professores. As atividades são frequentemente confundidas com ensino e pesquisa, inclusive é tirado o “empate” de forma bastante arbitrária nas reuniões de departamento. Outra problemática dessa etapa é que as vagas disponíveis não é compatível com a demanda.

Nas universidades o debate está muito atrasado. Na UFRGS, a recepção pela comunidade acadêmica, em especial o corpo docente, é de uma certa displicência em relação a medida. Geralmente há preocupação muito maior em relação à questões burocráticas de como adaptar o currículo atual a exigência de carga horária do que em relação ao modelo de extensão universitária que estamos construindo e como tornar a medida realmente eficaz de um ponto de vista do impacto social e que não seja apenas mais uma carga de trabalho em cima dos estudantes e professores. Uma crítica dos professores em geral, dizendo que não há como adaptar suas disciplinas as novas exigências, que 10% de carga extensionista seria exagero.

O movimento estudantil, salvo exceções, como é o caso do MUP/UJC, está alheio a essa discussão. Por vezes, acaba fazendo uma crítica superficial a medida, se atendo meramente aos aspectos burocráticos da questão, entendendo que ela acarretará em sobrecarga de horas no currículo, podendo dificultar a rotina dos estudantes/trabalhadores mais pobres.

Caminhos possíveis

A extensão universitária popular deve ter um caráter crítico, combativo e buscar a auto-organização dos oprimidos e não ter um caráter assistencialista, ou que funcione como “analgésico” dos problemas sociais. Por isso, a importância das nossas tendências influenciarem esse campo, através dos nossos princípios, aproximando-o do movimento estudantil e comunitário. A falta de debates e práticas a respeito da própria extensão universitária dentro das organizações políticas e movimentos sociais nos leva a distorções na prática extensionista e nos afasta da caminhada rumo a uma Universidade Popular.

Pode-se e deve-se questionar os tipos de extensão que vem sendo tocados, e disputá-los com a nossa concepção. Mas se abster desse debate e deixá-lo a mercê de interesses privados. Se hoje vivemos uma crise de legitimidade da ciência, muito se dá pela distância em que as Universidades parecem se encontrar da maior parte da população. Não é verdade que o conhecimento produzido pelas universidades não serve a sociedade, mas muitas vezes, compreendemos que ele não é acessível. E a extrema direita se aproveita dessa problemática para impor o seu modelo de ensino capitalista.

A extensão universitária defende uma produção de conhecimento dialógica, democrática e horizontal. A Universidade Popular, nosso objetivo, é uma universidade 100% extensionista, em que o ensino e a pesquisa sejam pautados pelas demandas e necessidades das classes populares e construído conjuntamente com seus movimentos visando a superação das desigualdades e a emancipação das classes oprimidas. Por esse motivo, seguem alguns caminhos possíveis que acreditamos semear esta ideia:

- 1) Agitar essa pauta internamente dentro das tendências, debater e discutir Universidade Popular, para que possamos definir a nossa concepção.**
- 2) Entender quais as táticas existentes, nesse sentido, dentro dos movimentos que temos contato, para aliar interesses e fortalecer as lutas. Por exemplo, “como o MST constrói essa pauta?”.**

- 3) Fortalecer a luta pela Universidade Popular, disputando a concepção de extensão que vem sendo desenvolvida, articulando os extensionistas em um movimento combativo em conjunto com o movimento estudantil (incluindo aqueles cursos que historicamente possuem pouca tradição no ME)
- 4) Aproveitar a pauta da Curricularização da extensão, que virá a tona em 2021 para difundir o debate sobre Universidade Popular nos CAs/DAs e coletivos de curso, fortalecendo nossos espaços de atuação para lutar contra o desmonte da educação pública.
- 5) Criar projetos de extensão desde o zero ou fortalecer projetos já existentes nas universidades, visando o fortalecimento da nossa frente comunitária:
 - a) a partir de demandas propostas pelas comunidades em que já estamos inseridos, apoiar o trabalho de base desenvolvido pelo MOB/RPC.
 - b) Com o projeto de extensão, abrir caminho para trabalho de base em lugares em que ainda não chegamos, fazendo ponte com o MOB/RPC.

Esperamos com esse texto ter dado um pontapé no debate sobre extensão popular em nossas agrupações. Nos colocamos a disposição para juntos construir essa luta. **Lutar, criar, Extensão Popular!**

Referências e sugestões de leitura

FORPROEX, **Plano Nacional da Extensão Universitária**

<https://www.unifesp.br/reitoria/proec/images/PROEX/RENEX/Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf>

Programa geral - Resistência Popular Gaúcha. Disponível em

https://drive.google.com/file/d/19ZgkAU_RDn_H9EDb70DNBH9tnxKpec3w/view?usp=sharing

Como formar uma AJUP. <http://assessoriajuridicapopular.blogspot.com/2010/01/como-formar-uma-ajup.html>

ORIENTAÇÃO À CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTOS DE GRUPOS ESTUDANTIS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, MUP, 2009. Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/1NsXOVCDiCbyb9KfOFVnvBycjegL4_J-L/view?usp=sharing

Universidade e Movimentos sociais: <https://estadodedireito.com.br/universidade-e-movimentos-sociais/>

Entrevista com Oscar Jara: <http://reporterpopular.com.br/ser-freireano-nao-e-repetir-os-textos-de-paulo-freire-entrevista-com-oscar-jara/>

JAUMONT, Jonathan e VARELLA, Renata. **A Pesquisa Militante na América Latina: trajetória, caminhos e possibilidades**, 2016.

Extensão as lutas e Universalização dos direitos! Manifesto dos EMAUs :

<http://reporterpopular.com.br/extensao-as-lutas-e-universalizacao-dos-direitos/>

Núcleo de solidariedade Técnica - Soltec: <http://nides.ufrj.br/index.php/programas/soltec>